

Vale: Senado analisa compra da Urucum

por César Felício
de Brasília

A Comissão de Fiscalização e Controle do Senado começa esta semana a analisar um projeto que prevê a anulação da compra da Urucum Mineração S.A. pela Companhia Vale do Rio Doce, transação feita em julho de 1994. O projeto, de autoria do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), é uma proposta de decreto legislativo, e, se aprovado, não dependerá de sanção do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Cabral, que conseguiu aprovação unânime para a sua idéia na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ), fundamenta a sua iniciativa no parecer de 4 de dezembro de 1995 do Tribunal de Contas da União (TCU), que considerou irregular o negócio. O novo relator da matéria, que começa a redigir seu parecer esta semana, é o líder do PMDB na Casa, Jáder Barbalho (PA).

A Urucum Mineração S.A., que extraía manganês em Corumbá (MS) era uma empresa de capital misto em que a Vale detinha 46% das ações, o Estado do Mato Grosso, também 46% e 8% eram de propriedade de outros acionistas minoritários. Com a divisão de Mato Grosso em dois estados, começou uma disputa judicial entre o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul pela posse das ações da empresa.

Em 1994, a disputa terminou com um acordo em que o Mato Grosso ficava com 32% das ações e o Mato Grosso do Sul, com 14%. Neste meio tempo, a Vale adquiriu os títulos de acionistas minoritários.



Jáder Barbalho

e passou a deter 52% do capital. Um acordo com os então governadores Jaime Campos (MT) e Pedro Pedrossian (MS) permitiu que a Vale comprasse o restante das ações em um leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro por R\$ 17,169 milhões.

No dia 28 de julho de 94, o Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais permitiu a incorporação da Urucum pela

Vale, passando a empresa adquirida a ser uma superintendência da estatal. Nas eleições estaduais deste ano, a oposição ganhou nos dois estados e passou a trabalhar pela impugnação do negócio.

“O preço da aquisição feriu o interesse dos acionistas minoritários. Ele foi menor do que o fatu-

ramento da Urucum em seu último ano de funcionamento, que foi de R\$ 29 milhões”, afirmou o governador do Mato Grosso do Sul, Wilson Barbosa Martins (PMDB). O ex-governador do Mato Grosso, Jaime Campos, um dos responsáveis pela transação, rebate: “Isto não passa de manipulação política local. Os partidos que estão atualmente no poder em Campo Grande e Cuiabá já haviam tentado vender a empresa em administrações passadas, só não tiveram a competência nossa em fazê-lo”, afirmou.

O TCU decidiu recomendar a anulação da compra por uma questão jurídica: desobedecendo o artigo 37 da Constituição, a Vale, como estatal, teria que pedir autorização legislativa federal para a criação de empresas subsidiárias ou adquirir participações em empresas privadas, o que não foi feito.

“Não houve autorização legislativa porque não criamos subsidiária alguma. Apenas incorporamos uma empresa”, justificou o gerente de comunicação da Vale, José Silveira. Ele não descartou a possibilidade do negócio não ter sido dos melhores para os dois Estados. “Foi uma transação absolutamente legal. Agora, se a Vale fez um excelente negócio, e os outros não, o problema não é nosso”, afirmou.

12 AGO 1996

GAZETA MERCANTIL